

**BEM VINDO AO CURSO DE INVENTÁRIO  
JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL DE  
ACORDO COM O CPC DE 2015  
TEORIA E PRÁTICA**



**ADVOCACIA**  
— NA PRÁTICA —

## Apresentação

A advocacia em direito das sucessões como oportunidade de mercado.

- Poucos especialistas
- Todo mundo morre e a maioria deixa bens
- Tabela favorece a cobrança dos honorários
- A advocacia extrajudicial



# AVISOS

- Curso se divide em direito material e processual
- Modelos práticos
- Área para dúvidas
- Acesso vitalício e sem limites de visualizações



Conteúdo programático:

## **Direito Material**

- Conceito de Sucessão
- Princípio de Saisine
- Herança
- Vocação hereditária
- Aceitação e Renúncia da herança
- Excluídos da sucessão
- Sucessão legítima
- Herdeiros necessários
- Breve exposição da sucessão testamentária



Conteúdo programático:

## **Direito Processual**

- Inventário e partilha
- Abertura e espécies
- Inventariante
- Processamento
- Sonegados
- Pagamento das dívidas
- Colação
- Partilha
- Jurisprudências correlatas



# 1. SUCESSÃO EM GERAL

**Conceito de sucessão:** ato pelo qual uma pessoa assume o lugar de outra, substituindo-a na titularidade de determinados bens.

Emprega-se a palavra sucessão em sentido estrito, ou seja, ocorre a sucessão em decorrência da morte, daí o termo sucessão *causa mortis*.

Esse ramo do direito visa estudar a transferência de bens (ativo e passivo) do *de cujos* para os seus sucessores. O direito a herança está previsto no art. 5º, XXX da CF e disciplinado no código civil a partir do art. 1.784 e seguintes.



## 2. ABERTURA DA SUCESSÃO

Prescreve o art. 1784 do CC, que aberta a sucessão, a herança, transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários.

Trata-se do princípio de *saisine* em que o próprio defunto transmite ao sucessor o domínio e a posse da herança.

A legitimação para suceder será regulado pela lei vigente na época da abertura da sucessão.



## 2. ABERTURA DA SUCESSÃO

**Espólio** - Massa patrimonial do autor da herança (*de cujus*). Soma de todos os bens e dívidas deixadas pelo morto e não possui personalidade jurídica, porém tem legitimidade *ad causam* sendo representado pelo inventariante ou pelo administrador provisório (quando não é nomeado inventariante).





### 3. ESPÉCIES DE SUCESSÃO E SUCESSORES

A sucessão pode se dar de forma legítima (*ab intestato*) ou testamentária (art. 1786 do CC). A sucessão legítima decorre de preceito legal, ou seja, previsto na lei para quem será destinada a herança. Já a sucessão testamentária decorre da vontade da parte desde que respeitado os quinhões dos herdeiros legítimos.

Entende-se que na falta de testamento, significa que o autor da herança tinha a intenção de distribuir seus bens conforme dispõe a lei, pois se assim fosse o contrário, teria feito o testamento.

Pode haver a sucessão legítima e testamentária ao mesmo tempo, quando o testamento não trata de todos os bens do *de cujus*.



### 3. ESPÉCIES DE SUCESSÃO E SUCESSORES

A sucessão por testamento é a disposição de vontade do morto. Em caso de haver herdeiros necessários (ascendentes, descendentes ou cônjuge) o autor da herança só poderá dispor de 50% dos bens (art. 1789, CC).

É vedado pelo direito brasileiro a sucessão contratual que seria o pacto sucessório da herança de pessoa viva, salvo quando os pais, por ato entre vivos, partilhar seus bens com seus descendentes (art. 2018, CC).



### 3. ESPÉCIES DE SUCESSÃO E SUCESSORES

A sucessão pode ser feita a título singular e universal. A título singular, o testador deixa um bem certo e determinado para um beneficiário, chamado de legatário, como por exemplo, um carro, um terreno, um animal, etc. O legatário não se confunde com o herdeiro, sendo que este é o que recebe a sucessão a título universal para suceder na totalidade ou em fração da herança.

A sucessão legítima será sempre a título universal, pois transmite a totalidade da herança ou parte dela aos herdeiros. Já a sucessão testamentária pode ser por sucessão singular ou universal dependendo da vontade do testador.



## 4. HERANÇA E ADMINISTRAÇÃO

Conceito: Herança é o conjunto de bens, direitos e obrigações, que uma pessoa falecida deixa aos seus sucessores legítimos. Entende-se a herança como um todo, mesmo que sejam vários os herdeiros.

Até que se faça a partilha da herança, nenhum herdeiro possui posse exclusiva de seus bens. Sendo assim, a herança não pode ser dividida, até o momento da partilha os bens pertencem a todos os herdeiros. Daí a necessidade de nomear alguém para administrar os bens enquanto não é feita a divisão. Art. 1.791, CC

É a partilha que divide os bens e determina o que cabe a cada herdeiro na ordem de vocação hereditária.

Havendo testamento ou interessado incapaz, inicia-se o processo de inventário judicial.



## 4. HERANÇA E ADMINISTRAÇÃO

Encargos e obrigações deixados pelo falecido: Após a abertura da sucessão, os bens, direitos e obrigações são transmitidos ao herdeiro, que a partir desse momento responde pelos encargos (obrigações) do falecido na medida do seu quinhão.

Se o que se tem a receber (bens e direitos) for menor do que aquilo que se deve (obrigações), caberá o herdeiro provar tal diferença para eximir-se da dívida. Art. 1.792, CC.

A dívida pode estar sendo executada no momento da sucessão, cabendo aos herdeiros a substituição processual informando a morte do devedor e a assunção do espólio nos autos. Os próprios devedores podem se habilitar no inventário para garantir o crédito.



# 4. HERANÇA E ADMINISTRAÇÃO

## Alienação ou Cessão da Herança

Quando se fala em indivisibilidade da herança até a partilha, diz respeito ao domínio e à posse dos bens hereditários, desde a abertura até a atribuição dos quinhões. Antes da partilha, o coerdeiro poderá alienar ou ceder apenas sua quota ideal, ou seja, direito à sucessão aberta que é tratada como imóvel segundo o art. 80 do CC.

Não pode ser objeto de cessão ou alienação parte certa e determinada do acervo hereditário.

Essa cessão sobre a quota parte hereditária, pode ser feito por escritura quando a pessoa estranha à sucessão, desde que outro co-herdeiro não reclame a quota para si. Art. 1793.



# 4. HERANÇA E ADMINISTRAÇÃO

## Administração da Herança

A administração da herança ficará a cargo do Inventariante nomeado pelo juiz no processo de inventário.

O prazo para abertura do inventário, legitimados a ser inventariantes, bem como suas obrigações, serão objeto de estudo no módulo de Direito Processual.



## 5. VOCAÇÃO HEREDITÁRIA

Nos termos do art. 1798, do CC, legitimam-se a suceder as pessoas nascidas ou já concebidas no momento da abertura da sucessão.

Não podem suceder os animais, salvo indiretamente, pela imposição ao herdeiro testamentário do encargo de cuidar de um especificamente. Só pessoas vivas ou já concebidas no tempo da abertura da sucessão podem ser herdeiras ou legatárias.

Filhos advindos de reprodução assistida. Divergência Jurisprudencial.

**Art. 1799. Na sucessão testamentária podem ainda ser chamados a suceder:**

I - os filhos, ainda não concebidos, de pessoas indicadas pelo testador, desde que vivas estas ao abrir-se a sucessão;

II - as pessoas jurídicas;

III - as pessoas jurídicas, cuja organização for determinada pelo testador sob a forma de fundação.





## 5. VOCAÇÃO HEREDITÁRIA

**Não podem ser chamados a sucessão (diferente dos excluídos que praticam atos contra o autor da herança).**

**Art. 1.801, CC.**

**Art. 1.801.** Não podem ser nomeados herdeiros nem legatários:

**I** - a pessoa que, a rogo, escreveu o testamento, nem o seu cônjuge ou companheiro, ou os seus ascendentes e irmãos;

**II** - as testemunhas do testamento;

**III** - o concubino do testador casado, salvo se este, sem culpa sua, estiver separado de fato do cônjuge há mais de cinco anos;

**IV** - o tabelião, civil ou militar, ou o comandante ou escrivão, perante quem se fizer, assim como o que fizer ou aprovar o testamento.



## 6. ACEITAÇÃO E RENÚNCIA DA HERANÇA

**Aceitação:** Aceitação ou adição à herança é o ato do herdeiro anuir à transmissão dos bens do *de cujos* ocorrida por lei com a abertura da sucessão (morte), confirmando-a.

Pode ser **expressa** (por declaração escrita) ou **tácita** (resultante de conduta própria de herdeiro, conforme o art. 1.805 do CC (atos de conservação, funeral, ou administração provisória dos bens)).

Também não considera-se aceitação a cessão gratuita, pura e simples, da herança aos demais co-herdeiros.

**Presumida** - quando o herdeiro permanece silente, depois de notificado nos termos do art. 1807, CC, permanecer silente, quando algum interessado instar o herdeiro a dizer se aceita ou não a herança. Prazo de 30 dias para se manifestar e 20 dias para o interessado requerer contados da abertura da sucessão.



## 6. ACEITAÇÃO E RENÚNCIA DA HERANÇA

Na prática, a aceitação é tácita por parte dos herdeiros que, contratam advogado para representá-los no inventário, concordando com as declarações preliminares e avaliações, cessão de seus direitos ou outros atos.

O simples requerimento de abertura do inventário não traduz aceitação da herança por se tratar de obrigação do herdeiro.

O art. 1.808 do CC traz que não pode ser aceita ou renunciada a herança em parte, sob condição ou termo.

O art. 1.809 do CC dispõe que será dos herdeiros do herdeiro falecido a decisão de aceitar ou não a herança quando a morte do herdeiro se der antes do ato.



## 6. ACEITAÇÃO E RENÚNCIA DA HERANÇA

**Renúncia:** Negócio jurídico unilateral pelo qual o herdeiro manifesta a intenção de se demitir dessa qualidade. Há de ser expressa e constar, obrigatoriamente de instrumento público ou termo judicial, laçado nos autos do inventário (art. 1806, CC), sendo portanto, solene (a sua validade dependem de observância prescrita em lei). Não se admite renúncia tática ou presumida, porque constitui abdicação de direitos, nem promessa de renúncia, porque implicaria ilegal pacto sucessório.

No inventário extrajudicial é feito no próprio ato (na mesma minuta de inventário).

### **Espécies:**

a) **Abdicativa:** quando o herdeiro a manifesta sem ter praticado qualquer ato que exprima aceitação, logo ao se iniciar o inventário ou mesmo antes, e mais, quando é pura e simples, isto é, em benefício do monte, sem indicação de qualquer favorecido (art. 1.805, §2º, CC). Nesse caso o imposto devido é o causa mortis. ITCMD sobre a morte.

b) **Translativa:** Quando renuncia em favor de determinada pessoa, citada nominalmente, praticando duas ações, aceitação e doando-a. Nesse caso o imposto devido é o inter vivos. ITCMD sobre doação.



## 6. ACEITAÇÃO E RENÚNCIA DA HERANÇA

### Restrições legais ao direito de renunciar:

- a) capacidade - o incapaz depende de representação ou assistência de seu representante legal ou de autorização do juiz, que somente será dada se provada a necessidade ou evidente utilidade para o requerente (Art. 1691, CC) o que dificilmente ocorre por se tratar de renúncia de direitos.
- b) Anuência do cônjuge salvo se o regime de bens for de separação absoluta de bens.
- c) Que não prejudique credores. O art. 1.813 afasta, a possibilidade de haver renúncia lesiva aos credores. Se tal ocorrer, podem aceitar a herança em nome do renunciante, nos autos de inventário não encerrado, mediante autorização judicial, sendo aquinhoados no curso da partilha.



## 6. ACEITAÇÃO E RENÚNCIA DA HERANÇA

### Dos efeitos da renúncia:

- a) Exclusão da sucessão do herdeiro renunciante, que será tratado como se jamais houvesse sido chamado a sucessão.
- b) Acréscimo do seu quinhão aos outros herdeiros da mesma classe. Se o *de cujus* tinha vários filhos e um deles é premorto (morreu antes do autor da herança) a sua parte passará aos seus filhos, netos do primeiro. Se não morreu, mas renunciou à herança, a sua parte passará aos seus irmãos em prejuízo do seus filhos.
- c) Proibição da sucessão por direito de representação, pois ninguém pode suceder “representando o herdeiro renunciante”(art. 1811, CC). Sua parte só passará aos filhos s for o único filho.

**Ineficácia e da invalidade** - Somente pelos credores por meio de pedidos nos autos do inventário. Quando não realizado por meio de escritura pública (renúncia) e quando for feita por absolutamente incapaz, sem representante ou sem autorização judicial, e absolutamente relativo quando o ato estiver viciado por erro, dolo ou coação.

